

A Diversidade Cultural e os Sistemas de Representação da Informação

The Cultural Diversity and the Systems of Representation of Information

Rosana Matos da Silva Trivelato (1), Maria Aparecida Moura (2)

(1) (2) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil, (1) E-mail: rosanatrivelato@ufmg.br; (2) E-mail: mamoura@eci.ufmg.br

Resumo

Considerando que a intensificação das trocas culturais promovidas pelos processos de globalização tende a acentuar as diferenças sociais, e que os instrumentos de representação da informação não são necessariamente instrumentos neutros, ou seja, não estão imunes às formas de controle social do discurso, o presente artigo pretende realizar uma investigação inicial sobre os a representação de conceitos relacionados à diversidade cultural. Com aporte do conceito de formação discursiva de Michel Foucault e os estudos de identidade e gênero, propomos uma reflexão sobre o esmaecimento da diversidade nos processos de representação do conhecimento. O artigo apresenta estudo das tabelas auxiliares correspondentes a pessoas segundo o sexo, etnia, raça e nacionalidade na Classificação Decimal Universal (CDU), edições impressas na língua portuguesa dos anos 1976, 1999 e 2007.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Representação da Informação. Identidade de gênero e etnia. CDU.

Abstract

Whereas the intensification of cultural exchange promoted by the processes of globalization tends to accentuate social differences, and that the instruments of representation of information is not necessarily neutral instruments, ie, are not immune from the forms of social control of speech, this article intends to Carry out an inquiry about the representation of concepts related to cultural diversity. As well as the concept of discursive formation of Michel Foucault and the studies of identity and gender, we propose a reflection on the fading of diversity in the processes of knowledge representation. The article presents a study of auxiliary tables corresponding to people according to gender, ethnicity, race and nationality in the Universal Decimal Classification (UDC), printed editions in the Portuguese language of the years 1976, 1999 and 2007.

Keywords: Cultural Diversity. Representation of information. Gender and ethnicity identity. UDC.

1 Introdução

A intensificação das trocas culturais promovidas pelos processos de globalização e tecnologias da informação tendem a acentuar os marcadores de diferenças sociais e, por vezes, produzem hierarquizações a partir de estruturas rígidas que privilegiam pontos de vista em que etnia, gênero e classe, por exemplo, são apresentadas a partir perspectiva hegemônica. Neste trabalho busca-se evidenciar como a estrutura proposta pelos Sistemas de Organização do Conhecimento (SOCs) atendem ao desafio das demandas por igualdade, e simultaneamente, pelo direito à diferença.

Alguns estudos (OLSON, 1998; MAI, 2010; ADLER, TENNIS, 2013; TRIVELATO, MOURA, 2016) mostraram que as classificações podem ser parciais ao eleger um viés em detrimento de outros. Adler (2016) ressalta a necessidade de criar uma abertura para a reparação das formas pelas quais o racismo, a heteronormatividade, o imperialismo e o patriarcado se tornaram sistêmicos nos SOCs.

[...] Reparar" não se refere a uma correção de legados de atos errados, mas sim, a uma questão de dizer a verdade, de responsabilidade, de negociação, de redistribuição e de reparação. É vital que os estudiosos do KO continuem fazendo um trabalho histórico crítico para entender como a violência se tornou sistêmica, o que significa acesso à informação, como as classificações afetam o autoconhecimento e a formação de identidade para os que

buscam informações e as consequências para fazer histórias de povos, comunidades, nações e territórios [...] (ADLER, 2016).

A marginalização e esmaecimento dos "outros" no âmbito dos SOCs tem sido promovida de modo sistemático tanto por profissionais da informação quanto pelos profissionais envolvidos nos processos de construção de instrumentos técnicos de organização e representação do conhecimento. Nesse contexto, é preciso realizar reflexões capazes negociar novas maneiras de organizar o conhecimento que privilegiam projetos de reparadores.

2 Abordagens teóricas

O quadro teórico abarca o conceito de formação discursiva de Michel Foucault (2012, p. 136), que considera o fato que na “forma lacunar e retalhada” do campo do discurso, poucas as coisas podem ser ditas, na medida em que os “não-ditos” compõem as principais pautas contemporâneas que reivindicam novas formas de representação às várias coletividades como os estudos queer, os movimentos negros, atualmente convencionadas como questões “identitárias”. Neste contexto, o conceito de formação discursiva pode auxiliar no entendimento de como os discursos se caracterizam nas instituições, nos domínios da cultura e identificar a linguagem de diferentes grupos sociais

Considerando que as linguagens de representação da informação não são necessariamente instrumentos neutros, ou seja, não estão imunes as formas de controle social do discurso, na nossa análise tentamos evidenciar a que multiplicidade de marcadores sociais da diferença (etnia, gênero e nacionalidade) que se consubstanciam em marcadores sociais da desigualdade que podem ser reiterados nos SOC's.

2.1 Identidades

As identidades culturais são pontos instáveis de identificação, feitos no interior dos discursos da cultura e da história. Não se trata de uma essência, mas sim de um posicionamento sócio-histórico. Dessa forma, a experiência das diásporas não é definida por pureza ou essência, mas pelo reconhecimento de uma diversidade e heterogeneidade necessárias. A concepção de identidades de diáspora são as que estão constantemente produzindo-se e reproduzindo-se novas, através da transformação e da diferença (HALL, 1996, p. 75). Em contradição a uma concepção essencialista, opta-se por conceito estratégico e posicional com referência a uma abordagem discursiva, onde a identificação é um processo em construção.

Uma vez que as identidades precisam de rótulos para sua existência, as pessoas pensam sobre si e sobre os outros por meio rótulos, esses referem-se a ideias sobre as pessoas que podem ser muito menos consensuais do que a aplicação do rótulo tem seus efeitos sociais, ou seja, um ou mais rótulos podem estar em circulando. Além disso, Appiah (2016, p.17-19) destaca que a identidade tende a ser compreendida de uma perspectiva normativa e a norma adota critérios de pertencimento, que são contestáveis, afinal, geralmente não são aceitas por todos.

Eis aqui alguns exemplos de normas que tenho em mente. Negativamente: homens heterossexuais não devem apaixonar-se pelos outros; judeus e muçulmanos não devem comer carne de porco. Positivamente: os homens devem abrir as portas para as mulheres; homens homossexuais devem revelar-se publicamente; negros devem apoiar ações afirmativas [...] (APPIAH, 2016, p.17-19).

Assim, as normas de identificação indicam que as pessoas de certo tipo devem “fazer algo” e são motivadas pela ideia “tenho que fazer algo”. Appiah (2016), destaca uma mudança na natureza das identidades sociais, que anteriormente “a identidade de alguém era aquilo que o distinguia, não o que o ligava aos outros”.

Neste contexto, o conceito de identidade desenvolvido no âmbito deste trabalho não cabe nos moldes de concepção essencialista, de uma identidade integral, originária e unificada, opta-se por conceito estratégico e posicional com referência a uma abordagem

discursiva, onde a identificação é um processo em construção (HALL, 2004: p. 108).

2.2 A formação discursiva e a subversão da identidade

Seguindo em direção ao entendimento da abordagem discursiva, cabe expor que as formações discursivas são enunciadas de diferentes formas, dispersas no tempo e que formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto. Assim, os discursos dão conteúdo e forma a um conjunto de relações de poder entre uma variedade de indivíduos e instituições; podem ser “ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada materialidade” (FOUCAULT, 2013, 2013: 8-9).

O discurso sobre “sexo”, por exemplo, segundo Butler (2017), não deve ser pensado fora das relações sociais e nem fora de marcações discursivas que o materializam. Assim, há uma diferença material denominada “sexo”, parte do corpo que existe, uma condição material não materializada. A materialização ocorre por meio das práticas regulatórias reiteradas que produzem aquilo que desejam produzir, o “sexo”, os limites que são ao mesmo tempo materiais e discursivos do corpo.

Retomando Foucault, Butler (2017), considera a categoria “sexo” como um “ideal regulatório”, que tem apenas o funcionamento de uma norma, mas também compõe uma prática reguladora que produz e governa corpos; uma espécie de poder produtivo de nomear, demarcar e diferenciar.

Se esta análise é correta, a formação jurídica da linguagem e da política que representa as mulheres como “o sujeito” do feminismo é em si mesma uma formação discursiva e efeito de uma dada versão da política representacional. Assim, o sujeito feminista se revela discursivamente constituído, e pelo próprio sistema político que supostamente deveria facilitar sua emancipação, o que se tornaria politicamente problemático, se fosse possível demonstrar que esse sistema produz sujeitos com traços de gênero determinados em conformidade com um eixo diferencial de dominação, ou os produz presumivelmente masculinos. Em tais casos, um apelo acrítico a esse sistema em nome da emancipação das “mulheres” estaria inelutavelmente fadado ao fracasso (BUTLER, 2017, p. 19).

Assim, a sociedade, por vezes, adota alguns procedimentos de poder que se manifestam como um desejo de estruturar o campo possível da ação nos outros e, dessa forma, podem operar na construção política do sujeito atrelando-o a um conjunto de operações de legitimação e de exclusão que estão ocultas e naturalizadas nas estruturas sociais.

3 Metodologia e análise dos dados

Analisamos as versões médias em língua portuguesa da Classificação Decimal Universal (CDU) editadas em 1976, 1999 e 2007, particularmente, as tabelas: “Auxiliares comuns de grupo étnico e nacionalidade” e “Auxiliares comuns de pessoas e características pessoais”, mais precisamente, “Pessoas segundo o sexo”.

As tabelas auxiliares auxiliam na redução da extensão dos números notacionais da CDU, possibilitando a criação de endereçamentos menores, proporcionando maior precisão e economia na apresentação e na formação da notação. Os números auxiliares podem ser acrescentados conforme necessidade.

Para efeito de análise, os dados retirados das tabelas auxiliares foram agrupados em dois quadros ordenados por data de publicação e a articulação da divisão mostra como as categorias representam as pessoas de acordo com o sexo, etnia e nacionalidade.

No Quadro 1: Etnia e nacionalidade na CDU, a noção relacional e, igualmente, geográfica não se alteraram consideravelmente em função da edição. A nacionalidade e os grupos étnicos têm a correspondência, principalmente, vinculadas à localização geográfica.

Quadro 1. Etnia e nacionalidade na CDU

Edição	Auxiliares comuns de grupo étnico e nacionalidade.
1976	(=081) Raças e povos primitivos.
	(=083) Povos em desenvolvimento.
	(=084) Povos altamente desenvolvidos.
	(=086) Raças no sentido convencional (nacionalidade).
	(=088) Mestiços. Mulatos Raças mestiças.
	(=1) Povos.
	(=1.2) Povos de determinada região geográfica.
	(=1.3) Nacionalidades específicas do mundo antigo.
	(=2) Raça branca em geral. Raças ocidentais. Brancos.
	(=3) Raças germânicas. Germânicos.
	(=4) Raças Românicas.
	(=71) Raças latinas. Latinos.
1999	(=9) Raças orientais em geral.
	(=96) Raças africanas. Negros. (Autóctones da África)
	(=081) Raças e povos primitivos.
	(=083) Povos em desenvolvimento.
	(=084) Povos altamente desenvolvidos.
	(=088) Raças miscigenadas. Híbridos.
	Mestiços. Inclusive Mulatos
	(=1-5) Raças e povos colonizados.
	(=1-81) Raças e povos autóctones (aborígenes).
	(=1-82) Indígenas. Nativos. Habitantes nascidos no lugar.

(=1-86) Raça em sentido convencional. Afinidade racial com relação à nacionalidade. Nacionais naturalizados, não-autóctones.

(=1.3) Nacionalidades específicas do mundo antigo.

(=1.4/9) Nacionalidades específicas do mundo moderno.

(=11/=19) Raças brancas em geral. 'Europeus'.

(=11/=2) Raças e povos indo-europeus.

(=11/=8) Diferentes raças, povos, grupos linguístico-culturais.

(=2/=8) Raças orientais, africanas e outras. Raças e povos 'de cor'.

(=41) Povos e raças afro-asiáticos.

(=414/=45) Raças e povos africanos negros. Negros.

(=414) Pessoas negras em geral. Raças e povos

(=081) Raças e povos autóctones (aborígenes)

(=082) Indígenas. Nativos. Habitantes nascidos no lugar.

2007

(=1-86) Raça em sentido convencional. Afinidade racial com relação à nacionalidade. Nacionais naturalizados, não-autóctones.

(=1.3) Nacionalidades espec. do mundo antigo.

(=1.4/9) Nacionalidades específicas do mundo moderno.

(=11/=2) Grupo étnicos indo-europeus.

(=11/=8) Diferentes raças, povos, grupos linguístico-culturais.

(=2/=8) Grupos étnicos e povos orientais, africanas e outras. Raças e povos 'de cor'.

(=41) Povos e raças afro-asiáticos.

(=414/=45) Vários grupos étnicos da África subaariana.

O que se observa nas versões da tabela Auxiliares de grupo étnico e nacionalidade é a preponderância de termos que raça associados a nacionalidade. Como por exemplo, nas categorias: (=2) Raça branca em geral. Raças ocidentais. Brancos e (=96) Raças africanas. Negros. (Autóctones da África), na edição de 1976; (=11/=19) Raças brancas em geral. 'Europeus', (=414/=45) Raças e povos africanos negros. Negros, na edição 1999. Percebe-se na edição de 1999 que as categorias dão margem às representações mais heterogêneas, apresentam a demarcação forte entre branco/europeu e negro/africano, que substituiu a demarcação brancos/ocidentais e negros/africanos/autóctones da edição de 1976.

Na edição de 2007 as categorias (=081) Raças e povos primitivos, (=083) Povos em desenvolvimento, (=084) Povos altamente desenvolvidos, (=088) Raças miscigenadas. Híbridos. Mestiços. Inclusive Mulatos foram retiradas. Os enunciados (=11/=19) Raças brancas em geral. 'Europeus', (=414/=45) Raças e povos africanos negros. Negros, também foram retirados da tabela.

Apesar da tabela tratar nominalmente de grupos étnicos, o conjunto de enunciados que a compõem referem-se, quase que exclusivamente, a pessoas de acordo com a localização geográfica ou as

características biológicas, retirando, em alguns casos, o conceito cientificamente superado de raça (CUNHA, 2016, p.47). Apenas a edição de 2007 o conceito de etnia e grupos étnicos foram incorporados. Os indígenas, (=082) Indígenas. Nativos. Habitantes nascidos no lugar, finalmente, foram enunciados nesta edição.

No Quadro 2: Pessoas segundo o sexo na CDU, a ideia de uma estrutura social hegemônica que se sustenta por uma dominação patriarcal reforça os binarismos na identidade de gênero.

Quadro 2: Pessoas segundo o sexo na CDU

Edição	Auxiliares comuns de pessoas e características pessoais
1976	-055.1 Pessoas do sexo masculino. Homens.
	-055.2 Pessoas do sexo feminino. Mulheres.
	-055.3 Pessoas com características sexuais incertas, ambivalentes, ou outras características sexuais, psicosssexuais ou sociossexuais especiais.
1999	-055.1 Pessoas do sexo masculino. Homens.
	-055.15 Rapazes.
	-055.2 Pessoas do sexo feminino. Mulheres.
	-055.25 Moças.
	-055.26 Mulheres como mães. Mulheres grávidas. Mulheres nutrizes. Mães lactantes.
	-055.3 Pessoas com características sexuais, psicosssexuais ou sociossexuais incertas, ambivalentes especiais, ou outras Inclusive características Assexuadas, Bissexuais. Lésbicas. Transexuais. Intersexuais. Travestis. Homossexuais. Perversos sexuais. Sádicos. Masoquistas
2007	-055.1 Pessoas do sexo masculino. Homens. Rapazes
	-055.2 Pessoas do sexo feminino. Mulheres. Raparigas
	-055.3 Pessoas com características sexuais incertas, ambivalentes, ou outras características sexuais, psicosssexuais ou sociossexuais (por exemplo: assexuais. Bissexuais. Intersexuais. Homossexuais. Lésbicas. Transexuais. Travestis. Perversos sexuais. Sádicos. Masoquistas)

Os binarismos de gênero do quadro 2 demonstram claramente as práticas regulatórias reiteradas nas três edições apresentadas, como por exemplo na edição de 1976: -055.1 Pessoas do sexo masculino. Homens, -055.2 Pessoas do sexo feminino. Mulheres, nas demais edições houve apenas o acréscimo dos enunciados “rapazes” e “moças” ou “raparigas”. Outro aspecto evidente na análise é a nomeação “características sexuais incertas” que não foram superadas.

O “ideal regulatório” proposto por Foucault (2012) e retomado Butler (2017) promove heteronormatismo e opressão das identidades de gênero nas reiteradas edições da CDU. No índice do SOC existe a entrada

“homossexualidade” mesmo quando não está enunciado na tabela, enquanto o “heterossexual” não é enunciatível, o que ressalta o diferente, o “incerto”, o que não contempla a ordem heteronormativa vigente.

Ao traçar as mudanças que ocorreram na CDU nas publicações impressas de 1976-2007, podemos também perceber que o progresso das identidades de gênero ainda tem muito que avançar.

4 Considerações finais

A ação discursiva pode silenciar discursos e promover demarcações identitárias em favor de uma hegemonia sócio cultural que apresenta, como tendência, o agenciamento das desigualdades, gerando conflitos e intolerâncias nacionalistas, religiosas, políticas, étnicas, culturais, de gênero e outras. Conforme destacou, nessa análise, há um reiterado movimento hegemônico na descrição dos elementos que compõem a diversidade cultural. Dessa perspectiva, a construção e/ou atualização, bem como, a utilização de instrumentos de representação da informação pelo profissional da informação ainda contempla enquadramentos classificatórios que contribuem para o esmaecimento de discursos e representações socioculturais plurais.

A ruptura com esse estado de coisas requer uma compreensão ampla acerca do alcance e consequências da formação discursiva quando reificada em gestos classificacionistas. A ideia de verdade sugerida pelos SOC's, tem, como tendência, reiterado conteúdos essencialistas e consolidado a contingência de certas identidades como deslocadas, múltiplas e hifenizadas.

Se os discursos emergem dessas práticas sociais e dos enunciados em pleno funcionamento, os SOC's, como parte desse processo não estão imunes aos procedimentos de interdição e exclusão de discursos.

De fato, a marca da descontinuidade de discursos reverbera nas formas de esmaecimento de alteridades e limitando as suas experiências e inibindo a sua presença no processo de produção do conhecimento. No caso das pautas identitárias propostas neste artigo, nota-se que, no campo da organização da informação e do conhecimento, ainda se faz necessário a incorporação de reflexões e práticas profissionais que oportunizem a o reconhecimento, a reciprocidade a conexão entre os sujeitos sociais a partir da consolidação de instrumentos que possam revelar a diversidade de atores sociais que constituem a sociedade e a produção do conhecimento.

Agradecimentos

CNPq, FAPEMIG.

Referências

- ADLER, Melissa. The Taxonomic reparations. *Knowledge Organization*, v. 43, n. 8, p. 630-54, 2016.
- APPIAH, Kwame A. A identidade como problema. In: SALLUM JÚNIOR ...[et al.] (orgs). *Identidades*. São Paulo: Edusp, 2016.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. 13. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CAMPOS, Maria Luiza A. linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói: Ed. UFF, 2001.
- Classificação Decimal Universal. Rio de Janeiro: Federação Internacional de Documentação, 1976.
- Classificação Decimal Universal. Trad. Francisco F. L. de Albuquerque e Maria Thereza G. F. de Albuquerque. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1999.
- Classificação Decimal Universal. Trad. 2. Ed Odilon Pereira da Silva. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2007.
- CUNHA, Manuela C. da. Identidade étnica. In: SALLUM JÚNIOR ...[et al.] (orgs). *Identidades*. São Paulo: Edusp, 2016.
- FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga Sampaio. 23. ed. São Paulo: Loyola, 2013.
- FOUCAULT, Michel. Arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: GEN : Forense, 2012.
- HALL, Stuart. Identidade Cultural e Diáspora. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 103-133.
- OLSON, Hope A. Mapping beyond Dewey's boundaries: constructing classificatory space for marginalized knowledge domains. *Library Trends*, v. 47, n. 2, 1998.
- MAI, Jens-Erik. Classification in a social world: bias and trust. *Journal of Documentation*, v. 66, p. 627-42, 2010.